

A ECONOMIA BAIANA E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1978-2010

BRUNO CASSEB PESSOTI¹
GUSTAVO CASSEB PESSOTI²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da economia baiana, correlacionando-a ao desenvolvimento industrial dos últimos trinta e dois anos. O marco escolhido para essa análise foi a entrada em operação do Pólo Petroquímico de Camaçari, pois é a partir desse momento que a estrutura produtiva do estado começa a se modificar, perdendo sua feição agroexportadora e consolidando o desenvolvimento industrial. Com o passar das décadas de 80 e 90 da centúria passada, iniciou-se na Bahia uma nova estratégia, pautada em políticas locais de benefícios fiscais e financeiros, para atrair os mais diversificados setores industriais de forma a diversificar, complementar as cadeias produtivas e interiorizar a produção. As políticas de atração de investimentos industriais foram a tônica do modelo de desenvolvimento econômico defendido pelo governo baiano desde os inícios dos anos 90 (com o PROBAHIA) até os fins da primeira década dos anos 2000. Mas não foram capazes de modificar a realidade

de de um estado secularmente pobre e concentrador de riquezas.

Palavras-Chave: Economia Baiana; Desenvolvimento Industrial; Transformações na Estrutura Produtiva; Políticas de Atração de Investimentos Industriais

Abstract

This paper aims to conduct an analysis of the Bahian economy, correlating it to the industrial development of the past thirty-two years. The framework chosen for this analysis was the entry into operation of the Northeastern Complex, as it is from that moment that the structure of the state begins to change, losing its aura and strengthening the agro industrial development. Over the decades of 80 and 90 of the last century, began in

Bahia, a new strategy, based on local policies of tax and financial benefits to attract the most diverse industrial sectors in order to diversify and complement the productive chains and internalize production. Policies for attracting industrial investments were the keynote of the development model advocated by the government of Bahia from the early '90s (with PROBAHIA) until the end of the first decade of the 2000s. But were not able to change the reality of a secular state and poor concentrates wealth.

Keywords: Bahia's Economy, Industrial Development; Changes in Production Structure; Industrial Investment Attraction Policies

JEL: R. R53. O23

¹ Bruno Casseb Pessoti é Historiador e Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia e Professor de História da Universidade Estadual Santa Cruz (UESC).

² Gustavo Casseb Pessoti é economista pela UFBA, Mestre em Análise Regional pelo PPDRU-UNIFACS, Diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI/SEPLAN e Professor/Coordenador do curso de Economia da UNIFACS.

Introdução

Esse artigo tem como objetivo analisar, de forma descritiva e estatística, os principais aspectos econômicos que caracterizaram o período 1978-2010 para a economia da Bahia, sobretudo, buscando evidenciar a correlação existente entre o desenvolvimento do setor industrial e o crescimento econômico do estado da Bahia. O ponto de partida desta análise é 1978, ano da implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, empreendimento que é considerado, pela maioria dos analistas tomados como referência para esse artigo, como aquele que finalmente retirou a Bahia do marasmo que caracterizou a sua evolução econômica desde o século XIX e os primeiros 50 anos do século XX.

As estatísticas aqui consideradas foram utilizadas com base na principal fonte de dados para trabalhos dessa natureza: o banco de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão que no estado da Bahia é responsável pela sistematização das informações de contas regionais (de onde são derivadas as estatísticas do Produto Interno Bruto e dos setores da atividade econômica). Embora a equipe técnica da SEI tenha reconstruído as estatísticas derivadas do projeto de contas regionais para o período 1975-2010, com base na retopolação das informações disponíveis no banco de dados da instituição e utilizando a mesma metodologia definida pelo IBGE, responsável pelo projeto de contas regionais do Brasil, não é possível desagregar as informações por setor de atividade econômica para o período 1975-1994 (período para o qual nem mesmo o IBGE dispunha de informações para as diferentes unidades da federação). Esta é razão pela qual as considerações feitas para caracterizar as estatísticas do período supracitado serão feitas sempre considerando que análises feitas por pesquisadores como Spinola (2003) e Guerra e Teixeira (2000) sobre a economia baiana, podem servir de

“ *O ambiente mostrava-se favorável aos empreendimentos industriais produtores de bens intermediários, que foram sendo implantados gradativamente no estado, principalmente no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).* ”

referência para embasar do ponto de vista analítico muitas das informações estatísticas que não podem ser desagregadas, mas que evidenciam a importância da industrialização ocorrida na Bahia pós-1970, a partir das modificações proporcionadas na estrutura produtiva do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia.

Reforçamos que o aspecto da análise descritiva proposta por esse artigo não o inviabiliza como instrumento que oferece uma visão para explicar a evolução do crescimento econômico do estado da Bahia entre 1978 e 2010. É inegável que o padrão desenvolvimentista adotado pelo governo da Bahia dentro do período aqui considerado, sempre considerou que a melhor forma de inserir a Bahia na matriz econômica do Brasil era potencializando ações que possibilitassem a consolidação da industrialização no estado. Acertada ou equivocada essa concepção que confunde crescimento com desenvolvimento, o fato é que a evolução econômica recente da Bahia não pode ser desassociada do crescimento da participação do setor industrial no PIB do estado.

Transformações na Estrutura Produtiva da Economia Baiana pós Complexo Petroquímico de Camaçari

A década de setenta consolidou o processo de industrialização na Bahia que teve início ainda nos idos dos anos cinquenta. A estrutura produtiva da economia baiana, que até então apresentava feições agroexportadoras, tendo sua base assentada, naquele período na atividade cacaueteira, começou a se transformar. Guerra e Teixeira (2000, p. 90) afirmaram que:

[...] a Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira através da chamada “especialização regional”. Com isso, transformou-se em um estado supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais instalados no eixo Sul/Sudeste do país. Nessa fase, a industrialização foi direcionada para os setores químicos – especialmente a petroquímica – e metalúrgico, o que se deveu a três motivos:

- a) o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e, como visto, já possuía uma refinaria. Tinha-se assim, uma base técnica para a implantação do segundo pólo petroquímico brasileiro na Bahia;
- b) nos primeiros anos da década de 70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- c) o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais.

O ambiente mostrava-se favorável aos empreendimentos industriais produtores de bens intermediários, que foram sendo implantados gradativamente no estado, principalmente no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). O crescimento do setor secundário, ao longo da década de setenta demonstra a força que a indústria baiana adquiriu com o surgimento desses novos empreendimentos, principalmente após a inauguração do COPEC.

Tabela 1
Composição Setorial da Economia Baiana (1960-2010)

Setor	Ano		
	Primário (%)	Secundário (%)	Terciário (%)
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	13,4	65,4
1980	16,4	31,6	52,0
1990	15,2	31,9	52,9
2000	8,8	28,9	62,3
2010	8,7	31,3	60,0

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

O Pólo Petroquímico de Camaçari foi o agente econômico mais influente nessa mudança na composição setorial da economia baiana. Seu plano diretor foi elaborado em 1974 por uma equipe de técnicos estaduais, alguns inclusive, remanescentes do planejamento físico do Centro Industrial de Aratu – CIA, sob a direção geral e coordenação da Secretaria das Minas e Energia do Estado da Bahia. Diferentes órgãos do governo federal apoiaram o projeto (Ministério da Indústria e Comércio, Petrobras/Petroquisa, BNDE, Banco Nacional da Habitação, Ministério do Planejamento, etc.) que tinha um investimento estimado em 6,5 bilhões de cruzeiros (excluindo-se desse valor o montante necessário à implantação das indústrias de segunda geração). Considerava-se que o faturamento do COPEC em 1980 seria em torno de 4 bilhões de cruzeiros, o que significava uma soma duas vezes superior ao orçamento anual da Bahia no ano de 1973.

Com a entrada em operação do COPEC, a expectativa era de aumentar de forma expressiva a receita fiscal do Estado e do município de Camaçari. Um estudo detalhado da contribuição financeira do pólo previa o crescimento da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 7% ao ano e que o orçamento de Camaçari seria, no final da década de 70, mul-

tiplicado por dezoito (GUERRA; GONZALES, 2001, p. 317). A preocupação em realizar esse estudo tinha como objetivo justificar o volume significativo de recursos que deveriam ser investidos pelo governo do estado da Bahia na construção da infra-estrutura física e urbano-social da área, demonstrando aos agentes financeiros, entre os quais o BNDES, a capacidade de pagamento do estado.

Os maiores anseios com relação à implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, contudo, residiam na criação de empregos. A economia baiana sofria com o desemprego e o subemprego registrados naquele momento e, portanto, todas as expectativas de mitigar o problema foram depositadas no COPEC. A despeito do conhecimento de que se tratava de um complexo de indústrias intensivas em capital, esperava-se pela abertura expressiva de postos de trabalho e também, como consequência, o surgimento de empregos indiretos resultantes da nova dinâmica econômica proporcionada na região.

As estimativas calculadas durante a elaboração do plano diretor do COPEC apontavam em dez mil os empregos a serem criados pelo complexo básico até o ano de 1980, de nove a 27 mil os empregos criados pela indústria de transformação e em dez mil os empregos transitórios gerados pelas obras de construção civil e instalações ao longo do período

“ A geração de externalidades foi um aspecto inerente aos novos segmentos dinâmicos da indústria baiana que produziram reflexos positivos sobre o setor de comércio...”

do entre 1974 e 1980. O processo de formação de postos de trabalho dentro desse novo contexto refletiu as transformações estruturais segundo um padrão descontínuo, de substituição de empregos nos segmentos tradicionais, de menor remuneração, por empregos nos segmentos modernos, mais bem remunerados. Embora este segmento fosse intensivo em capital, o seu crescimento proporcionou a geração de postos de trabalho, tanto de maneira direta quanto indireta, enquanto que, nas indústrias, ditas tradicionais, apesar de serem intensivas em trabalho, a perda de empregos proporcional foi observada como resultado da queda do setor no conjunto da atividade econômica do estado.

A geração de externalidades foi um aspecto inerente aos novos segmentos dinâmicos da indústria baiana que produziram reflexos positivos sobre o setor de comércio, serviços e construção civil, causando efeitos multiplicadores sobre o mercado de trabalho, de maior intensidade do que os produzidos pelos setores tradicionais. O COPEC trouxe impactos significativos para a economia baiana que extrapolam a esfera do mundo do trabalho. O crescimento do PIB e o aumento da arrecadação de ICMS, que subiu de 30,4% em 1975 para 55,8% em 1985 (GUERRA; TEIXEIRA, 2000) podem exemplificar os impactos positivos gerados. Em 1990, o COPEC sozinho

contribuiu com 13,6% de toda receita tributária estadual (MASCARENHAS, 2001, p. 64).

Conforme já mencionado, observa-se então uma transformação na estrutura da economia baiana que eleva a participação do setor secundário em detrimento do setor primário.³A participação do estado da Bahia no conjunto da produção industrial brasileira subiu de 1,5% em 1970 para 3,8% em 1985 (MASCARENHAS, 2001, p. 64), que, embora ainda insignificante, representou um crescimento maior que o dobro da participação anterior. Mascarenhas (2001, p. 64) assim se referiu às transformações ocorridas na economia baiana no final da década de 70:

Consolida-se assim na Bahia, ao final da década de 70, a estrutura industrial de perfil complementar às indústrias do Centro-Sul, centrada basicamente na produção de bens intermediários, principalmente da indústria petroquímica. A essa concentração setorial une-se a concentração espacial, caracterizando fortemente o novo perfil econômico do estado. Em decorrência das externalidades e economias de aglomeração geradas pelas indústrias e infra-estrutura já instaladas na RMS – fatores como logística, serviços de apoio e manutenção e proximidade com fornecedores –, aumenta o poder de atração desta mesma região, em especial para as indústrias dinâmicas, mais modernas e tecnologicamente mais sofisticadas, a exemplo dos ramos dos produtos químicos, plásticos, farmacêuticos e veterinários.

A concentração espacial das indústrias proporcionou um quadro econômico centralizador em torno da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Essa situação se agravou e tornou o cenário ainda mais desigual entre as diversas regiões do estado da Bahia, como será visto adiante. É importante ressaltar que a indústria baiana vivenciou um momento de expansão até meados dos anos oitenta, quando a situação se reverteu.

Durante a década de 80, a economia brasileira se tornou dependente dos reajustes impostos pelas duas crises mundiais do petróleo, que promoveram um reordenamento muito mais amplo dos controles internacionais de mercado, por meio de políticas de gestão energética nos países mais desenvolvidos, do uso mais racional do consumo de energia e do desenvolvimento da informática. As mudanças protagonizadas por novos processos de automação, técnicas de conservação de energia e a expansão da informática promoveram uma transformação nas condições internacionais de concorrência no comércio mundial.

Os países mais avançados puderam tornar viável essa nova realidade por disporem de maior volume de capitais para inversões no campo das novas tecnologias conquistando com isso inquestionáveis vantagens comparativas. Os países em desenvolvimento ou com menor capacidade de realização de investimentos não conseguiram acompanhar com o mesmo dinamismo as mudanças trazidas pelo novo arranjo tecnológico internacional.

Esse novo ambiente dentro da economia-mundo obrigou as empresas a promoverem uma reestruturação de seus parques produtivos em escala muito superior às suas necessidades de reposição de capital. Inevitavelmente, essa conjuntura provocou reflexos negativos sobre as demandas sociais que foram relegadas em função dessas requisições urgentes que os novos tempos pediam. Os resultados se traduziram em acúmulo da dívida pública externa e interna, elevação dos custos sociais em função da própria política de estabilização e a agudização de

uma dívida social antiga que se prolongou até os dias atuais.

Concomitante a esse processo, em virtude das crises internacionais experimentadas no período, o Brasil arrefeceu sua política de investimentos públicos provocando uma diminuição da intervenção do estado no fomento ao desenvolvimento industrial das regiões atrasadas, como era o caso do Nordeste e da Bahia em particular. Mascarenhas (2001, p. 65) aborda essa temática: “O desmonte da intervenção do Estado se inicia com as dificuldades que se seguem ao segundo choque do petróleo em 1979, quando a economia brasileira, dado o nível de endividamento externo, fica exposta às políticas macroeconômicas dos países credores.”

O Brasil atravessou, em 1982, um período de turbulência que desencadeou a sua crise da dívida. Esse processo foi provocado pela elevação das taxas de juros internacionais que obstaculizaram o pagamento dos empréstimos em dólar. O resultado foi a interrupção do financiamento externo e a expressiva contração da poupança interna refletindo-se sobre toda a economia mundial, tendo conseqüência a disseminação de um quadro recessivo de amplo espectro.

No cenário nacional, os reflexos dessa nova conjuntura foram a desorganização das finanças públicas e a elevação significativa da inflação. O diagnóstico para o quadro que se instalara no país foi de diminuição dos investimentos públicos em geral, incluindo os que davam suporte aos programas de desenvolvimento regional e de controle dos gastos públicos. O modelo de intervenção estatal se esfacela provocando a ruptura dos projetos de política regio-

³ No capítulo 5, deste trabalho, será evidenciada, a luz das informações disponíveis pelo departamento de contas regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, a forte correlação existente entre o dinamismo industrial e o desempenho do PIB baiano, no período compreendido entre 1975 e 2005.

nal, desarticulando assim, as instituições que operacionalizavam os recursos para a promoção do desenvolvimento das regiões atrasadas, que no caso nordestino eram a SUDENE e o BNB.

A economia baiana resistiu ao cenário de crise instalada, em virtude dos grandes saltos experimentados pela sua indústria no decurso dos anos setenta. Os efeitos dos altos padrões acumulativos do período ainda refletiam nos primeiros anos da década de 80. Contudo, o esgotamento do modelo intervencionista brasileiro em face da conjuntura internacional afetou o desempenho da atividade econômica da Bahia e conseqüentemente, do seu setor industrial. Os segmentos mais dinâmicos, tais como o químico e petroquímico e a indústria metal-mecânica, no entanto, buscaram o mercado externo como válvula de escape, na tentativa de amenizar os danos causados pelo período recessivo.

Essa atitude amenizou a situação do segmento industrial baiano que terminou os anos 80, como visto na Tabela 1, com praticamente a mesma participação na composição do PIB do seu início, mantendo, portanto, o desempenho conquistado ao longo dos anos 70. Ou seja, se a indústria não experimentou o crescimento fantástico da década anterior, pelo menos conseguiu manter o que já havia conquistado, chegando aos anos 90 com a mesma participação do início do decênio predecessor.

Arrefecimento da Indústria Baiana: necessidade de novos rumos (1986-1995)

A indústria química/petro-química já havia firmado posição como a mais importante do setor industrial baiano e por meio dela foi determinado o perfil dos segmentos metal-mecânico e elétrico. O ramo de serviços também foi condicionado pelo seu desenvolvimento refletindo o caráter de pólo gerador de externalidades que provocava um

dinamismo na economia interna, conforme já atribuído como característica do setor.

A condição de primeira força da economia baiana, substituindo a cultura cacaueteira, que até então ocupava a posição precípua dentro do cenário estadual, era a tradução do novo modelo econômico da Bahia, assentado em bases de natureza industrial. O segmento químico/petroquímico, em 1985, já respondia por mais da metade do Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação (CPE, 1990). Dez anos depois, ou seja, em 1995, representava 12% do PIB e 25% da arrecadação do estado da Bahia com uma produção de 5 milhões de toneladas por ano, o que significava algo em torno de 55% da produção nacional (SPINOLA, 2003, p. 142).

Os impactos para a receita estadual também foram expressivos com o crescimento e desenvolvimento do setor químico/petroquímico, nova mola propulsora da economia baiana. A arrecadação industrial de ICM, por exemplo, cresceu de 30,4% no ano de 1975 para 55,8% em 1985, com a significativa participação da petroquímica que, em média, situou-se em torno de 64% (CEI, 1990).

A despeito dos reflexos positivos proporcionados pelo crescimento e desenvolvimento do setor químico e petroquímico, a economia baiana fortaleceu sua relação de dependência com o eixo dinâmico da economia brasileira, situado no Sudeste do país. Isto por que o estado havia especializado sua indústria na produção de bens intermediários que, portanto, guardavam forte correlação ao desempenho da indústria nacional de bens finais, para apresentar resultados favoráveis. Na tentativa de ampliação do mercado da petroquímica da Bahia, diversos acordos internacionais foram firmados junto a novos parceiros comerciais do mercado mundial.

Nessa mesma década de 80, a atividade industrial baiana apresentou

um comportamento bem distinto dos anos 70. Por serem seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia local tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início daquela década, e seus presumíveis e inevitáveis impactos negativos sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo a saída para o escoamento de sua produção (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 91).

Sem dúvida tratou-se de uma saída estratégica que contribuiu para mitigar os reflexos negativos que já se abatiam sobre a economia baiana em virtude da conjuntura desfavorável que o Brasil experimentava naquele momento de sua história recente. Os resultados da adoção dessa política podem ser observados no aumento significativo da participação do segmento petroquímico no total das exportações do estado, que saltou de míseros 1,6% em 1978 para 24,6% em 1994 (SEI, 1995).

Contudo, o desenvolvimento da economia baiana não foi reproduzido apenas por meio dos reflexos positivos da indústria química e petroquímica. Outros segmentos do setor secundário também foram relevantes dentro desse processo, tais como a metalurgia, o tradicional setor de produtos alimentares, que apesar da perda de importância desde a crise da cacauicultura ainda apresentava resultados interessantes e o novo ator nesse cenário, o ramo de papel e papelão.

O segmento de papel e papelão começou a crescer no início dos anos 90 fruto da expansão dos investimentos em grandes empreendimentos produtores de celulose. Em 1990, a sua participação no total da indústria de transformação do estado era de apenas 1,2%, cinco anos depois, já atingia 5,8%, quintuplicando, aproximadamente, seu papel no conjunto do setor, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2
Estrutura da indústria de transformação baiana (1990-1995)

Gêneros	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Química	50,6	50,1	51,4	50,5	50,1	50,5
Metalurgia	12,1	11,7	12,1	11,2	10,8	10,3
Produtos alimentares	9,0	9,1	7,7	7,9	7,2	7,2
Papel e papelão	1,2	1,3	2,6	4,7	5,7	5,8
Têxtil	5,5	5,5	4,6	4,0	4,4	4,3
Bebidas	1,5	1,7	1,4	1,4	1,5	1,9
Material elétrico e comunic.	1,8	1,9	1,7	1,5	1,5	1,2
Borracha	0,8	1,0	0,9	1,1	1,1	1,0

Fonte: SEI

Sem embargo o crescimento do ramo de papel e papelão, o período foi recessivo para o conjunto da economia baiana, que sentiu os efeitos da crise que se abateu sobre a economia brasileira. Essa crise teve início a partir do modelo de substituição de importações, que serviu como base do desenvolvimento econômico brasileiro até o começo dos anos 80. Durante o período de sua vigência o estado permaneceu como agente econômico predominante resultando em um ambiente com forte peso estatal, principalmente nos setores estratégicos, sempre associado a uma política de protecionismo ao setor industrial nacional.

Essa “cartilha”, aliás, foi muito comum na trajetória econômica das nações desenvolvidas desde fins do século XVIII, quando a Inglaterra propalou a sua Revolução Industrial e igualmente adotou severas medidas protecionistas para preservar o seu desenvolvimento interno e o fortalecimento de sua indústria infante. Após sua experiência bem sucedida, os outros países avançados da economia-mundo da época, buscaram seguir pelo mesmo caminho, obtendo êxito, como a história econômica comprovou no decurso dos dois últimos séculos.

Apesar dos seus incontestes resultados favoráveis, o modelo de substituição de importações se esgotou. Pode ser enunciado como mérito a construção, fortalecimento e di-

versificação do parque industrial brasileiro, porém esse careceu de um programa de desenvolvimento tecnológico mais expressivo, o que terminou por resultar em baixa produtividade, agregando-se a esse panorama sua incipiente integração com o mercado mundial. A economia do Brasil encontrava-se, segundo diagnóstico dos especialistas da época, exageradamente fechada, o que impedia a ampliação das relações mercantis internacionais, conseqüentemente, obstaculizava a promoção de um ambiente dinâmico que favorecesse o crescimento econômico interno.

Quando Fernando Collor de Mello assumiu a presidência da República, em 1990, trabalhou para pôr em prática seu programa econômico voltado para a abertura comercial do país. Nas palavras de Carneiro e Vieira (1998, p. 17):

O programa anunciado era de base nitidamente liberal e identificava, como causa da crise de competitividade da indústria instalada no país, os mecanismos de restrição ao livre mercado, as estruturas oligopólicas e a ação direta do Estado na economia.

Esses três pilares identificados na estrutura da economia nacional precisavam ser derrubados para que o país experimentasse os benefícios de um comércio mundial cada vez mais dinâmico e competitivo, era o que

acreditava a plêiade de economistas liberais que assessorava o presidente. O ambiente macroeconômico do Brasil atravessava um período complicado em razão de um processo hiperinflacionário, iniciado ainda nos anos 80 e que os sucessivos planos de estabilização de preços, implementados pelos – não menos sucessivos – ministros da fazenda do governo Sarney não conseguiram conter.

A sociedade brasileira foi surpreendida, então, por um programa de estabilização ao mesmo tempo extremamente severo e absurdo, que retirou de circulação, algo em torno de US\$ 100 bilhões provocando uma séria recessão na economia nacional. Seus efeitos recaíram sobre o mercado de trabalho aumentando o desemprego e reduzindo salários; os investimentos, igualmente, sofreram uma drástica redução, arrefecendo fortemente o mercado interno.

Concomitante a esse quadro, a abertura comercial que havia sido posta em prática ainda em 1990, provocou uma transformação significativa no cenário econômico brasileiro. Os objetivos iniciais propostos de modernização da indústria nacional e integração ao mercado internacional foram ofuscados pela recessão que atingiu o setor secundário do país diante da combinação de abertura comercial indiscriminada, e plano de estabilização excessivamente restritivo. Assim, a indústria brasileira apresentou uma queda de 8,2% em 1990, de 1,8% em 1991 e 3,8% em 1992 (CARNEIRO; VIEIRA, 1998, p. 17); o processo de recuperação somente começou no ano de 1993.

Como não poderia deixar de ser, dentro de um cenário tão desfavorável, a economia baiana sentiu os reflexos dessa desastrosa tentativa de estabilização de preços e da abertura comercial abrupta. O PIB da Bahia sofreu uma redução de 6,4% entre 1990 e 1991 (CARNEIRO; VIEIRA, 1998, p. 25). Sua participação no montante do PIB brasileiro caiu de 5,21% em 1985 para 4,78% em 1994. Levando-se em consideração apenas

“
Existiram setores econômicos que não foram abalados pela conjuntura desfavorável, porém esses foram a exceção como pode ser constatado na Tabela 3, que evidencia as taxas de crescimento do PIB baiano no período que se inicia no ano de 1990 e encerra em 1996.”

a queda no valor da produção industrial, o resultado foi ainda pior: de 5,22% no ano de 1985, para 3,58% em 1994 (UDERMAN; MENESES, 1998, p. 71).

A taxa média de crescimento do PIB baiano foi menor do que o brasileiro no período entre 1985 e 1995. Na primeira metade dessa baliza cronológica, isto é, entre 1985 e 1990, a Bahia cresceu 1,12% enquanto o Brasil registrou crescimento de 1,91%; na segunda metade desse período, entre 1990 e 1995, a Bahia teve um aumento médio de seu PIB em torno de 1,34% e a economia brasileira alcançou crescimento de 2,71% (UDERMAN; MENESES, 1998, p. 72), mesmo com a brutal recessão enfrentada nos primeiros dois anos da década de 90.

A indústria de transformação da Bahia sofreu, nos anos de 1990 e 1991 uma redução de 10% (CARNEIRO; VIEIRA, 1998, p. 25), e o segmento petroquímico passou por um momento de estagnação diante desse cenário. Guerra e Teixeira aborda-

ram esse complicado período da história econômica recente brasileira e baiana (2000, p. 92-93):

A difícil conjuntura vivida por este segmento industrial brasileiro, desde o início do Governo Collor, não induzia significativos dispêndios empresariais. O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional. Nesse contexto, a repetição da estratégia adotada pela petroquímica baiana, na primeira metade da década de 80, de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção não realizada internamente, tornou-se inviável, não apenas pela existência de grandes excedentes no mercado internacional, mas também pelas mudanças ocorridas nas políticas governamentais, destacando-se a abrupta redução de incentivos e subsídios às atividades exportadoras.

Apesar da recuperação da economia brasileira somente começar a ser verificada a partir da implantação do Plano Real, no ano de 1994, e ainda

assim de maneira modesta, a economia baiana se antecipou a este cenário e começou seu processo de reversão da complexa situação vivenciada ainda no ano de 1992. Neste período, praticamente todos os setores da economia baiana deram sinais de recuperação, à exceção do segmento de comércio, restaurantes e hotéis. Alguns, ainda de forma incipiente como o setor de construção que após cair 18,4% nos anos de 1990 e 1991, cresceu apenas 1,9% em 1992; os segmentos extrativo mineral e da indústria de transformação experimentaram uma razoável recuperação atingindo 5,6% e 5,8% respectivamente.

Existiram setores econômicos que não foram abalados pela conjuntura desfavorável, porém esses foram a exceção como pode ser constatado na Tabela 3, que evidencia as taxas de crescimento do PIB baiano no período que se inicia no ano de 1990 e encerra em 1996. Observando-a é possível perceber claramente o impacto negativo que os dois primeiros anos da década de 90 tiveram sobre o desempenho econômico do estado e sua recuperação já a partir do ano seguinte.

Tabela 3
Taxas de crescimento do PIB da Bahia (1990-1996)

Setores/ Atividades	90	91	92	93	94	95	96
Agropecuária, silvicultura e pesca	-2,9	-5,1	2,8	-2,3	9,7	-9,1	0,4
Extrativa mineral	-4,5	-7,8	5,6	-5,2	-1,6	-2,6	-0,1
Indústria de transformação	-5,8	-4,2	5,8	9,2	5,1	-0,5	0,3
Eletricidade, água e utilidades	2,8	5,9	6,5	2,4	3,2	-5,3	-2,2
Construção	-10,6	-7,8	1,9	4,0	5,3	2,5	3,2
Comércio, restaurantes e hotéis	-1,5	-11,1	-6,5	-2,7	14,7	12,0	6,3
Transporte, armazen. e comunic.	2,4	0,8	1,2	4,7	7,3	9,5	3,8
Estabelecimentos financeiros	-0,3	-2,5	-1,2	3,6	3,1	2,2	3,3
Serviços comunitários sociais	1,2	2,2	3,1	4,4	4,1	2,0	1,1
PIB	-2,2	-4,2	1,3	2,8	6,7	1,8	0,7

Fonte: SEI

O lançamento, no ano de 1991, do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA) que previa financiamentos de até 75% do ICMS, a depender do projeto, para empreendimentos localizados na RMS ou em outras regiões do estado, contribuiu de alguma forma para minorar os impactos do cenário recessivo nacional sobre a economia baiana. Este programa serviu como um agente estimulador para empresários que pos-

“ Como pode ser constatado pela informação apresentada na citação acima, alguns municípios do interior baiano puderam vislumbrar uma possibilidade de ensejar um processo de transformação de sua estrutura produtiva por meio dessas fábricas. ”

suíam interesse em realizar investimentos na Bahia, mas que se ressentiam do panorama conturbado que o país atravessava naquele momento.

O PROBAHIA teve como objetivo precípuo diversificar a estrutura industrial do estado e buscar sua interiorização proporcionando assim, maior dinamismo à economia estadual, estimulando seu desenvolvimento. No seu primeiro ano teve 25 projetos aprovados, número que cresceu atingindo 44 projetos em 1994, no início do Plano Real; em seguida sofreu uma queda, tendo apenas 24 projetos aprovados no ano de 1995. Em 1998, vivenciou seu melhor ano, com 51 projetos aprovados, que esperariam gerar mais empregos diretos do que todos os anos anteriores somados. A Tabela 4 apresenta o número de projetos aprovados entre 1992 e 2001, o número de empregos diretos, o montante dos investimentos necessários, a expectativa de geração de receitas tributárias via ICMS e o volume de financiamento necessário.

Tabela 4
Projetos aprovados pelo PROBAHIA (1992-2001)

Ano	N.º de projetos	Mão de obra	(Em US\$ Mil)		
			Investimento de ICMS	Geração de receita	Financiamento
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	97.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
1997	17	1.000	341.295	402.914	164.014
1998	51	19.393	826.181	495.883	216.113
1999	26	4.086	251.153	263.757	115.886
2000	10	2.346	427.414	740.239	346.144
2001	14	853	79.748	300.073	118.427
Total	273	42.477	3.309.496	3.462.380	1.478.167

Fonte: SICM *apud* SOUZA; PACHECO, 2003, p. 16.

Outros programas de alcance mais específico, direcionados para determinados segmentos coexistiram com o PROBAHIA. Dentre eles, destacam-se o BAHIAPLAST, PROCOMEX e PROAUTO. O primeiro foi criado no ano de 1998 e visava fomentar a indústria de transformação plástica por meio da concessão de créditos. O segundo surgiu em 1997 e destinava-se ao incentivo à produção para o mercado internacional, voltando-se, principalmente para o ramo calçadista e seus derivados. Conforme apontaram Souza e Pacheco (2003, p. 16):

Neste segmento mais de 40 empresas já se instalaram nos diversos parques industriais no estado, como no distrito industrial de Itapetinga, oriundas, na sua maioria, do sul do país. Atraídas pelos benefícios (incentivos fiscais e mão-de-obra de baixo custo), implantaram-se unidades fabris no interior do estado, como Azaléia, Kildare, Daiby, Ramarim, Dilly, Via Uno, Bibi NE, Piccadilly, dentre outras. Em conjunto, as empresas que formam o pólo calçadista já agregam 47 fábricas, onde foram concretizados investimentos da ordem de R\$ 480 milhões, segundo os dados da SICM.

Como pode ser constatado pela informação apresentada na citação acima, alguns municípios do interior baiano puderam vislumbrar uma possibilidade de ensejar um processo de transformação de sua estrutura produtiva por meio dessas fábricas. Neste caso em particular, a dispersão das unidades por diversas cidades estimulou um modelo de desenvolvimento regional baseado na concentração difusa dos agentes econômicos industriais, reduzindo os ganhos relativos à economia de aglomeração e de escala. Soma-se a estes fatores a tão conhecida precariedade da infra-estrutura viária do estado que onera o escoamento da produção e dificulta enormemente a implantação de um projeto de integração territorial, que proporcionaria um ambiente mais dinâmico.

Por fim, o terceiro programa, intitulado Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO), lançado no ano de 1999, voltava-se para a concessão de incentivos fiscais e infra-estrutura para as montadoras de automóveis e os fabricantes das suas peças e acessórios. O projeto oriundo des-

te programa foi o *Amazon* da Ford que contabilizava um conjunto de investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão (FORD, 2005).

O programa de estabilização da economia iniciado com o Plano Real no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) proporcionou um cenário mais favorável que permitiu a recuperação da indústria brasileira. Se os números não foram melhores, pelo menos reverteram o processo de drástica retração do setor produtivo nacional, experimentado desde o início da década de 90.

O novo governo que chegava com o respaldo das urnas, fruto de uma curiosa aliança entre os intitulos sociais-democratas do então infante PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e os liberais-conservadores dissidentes do antigo PDS (Partido Democrático Social) que formaram o PFL (Partido da Frente Liberal) pôs em prática um plano econômico cujo principal objetivo era encerrar com o processo inflacionário que há anos atormentava a sociedade brasileira. Por meio de uma série de ajustes e mudanças, inclusive – mais uma vez – no nome da moeda, o plano conseguiu valorizar a moeda nacional e obteve êxito no combate à inflação. A década de 90, aliás, caracterizou-se pela quase eliminação desse problema do cenário das economias industrializadas e em desenvolvimento.

O equívoco, entretanto, de manter a taxa de câmbio do Brasil sobrevalorizada por um período demasiado longo, combinado a altas taxas de juros e um ambiente externo de instabilidade com sucessivas crises, tais como a do México em 1995, da Ásia em 1997 e a da Rússia no ano de 1998, provocaram uma nova retração na economia brasileira. Dessa vez, não tão drástica quanto a vivenciada na era Collor, mas complicada o suficiente para reduzir o dinamismo dos investimentos e prejudicar o crescimento da economia.

A economia baiana, conforme visto, havia dado início a seu processo de recuperação nos idos de 1992. Os investimentos na indústria petroquímica por meio da duplicação da central de matérias-primas ainda nos primórdios da década de 90, a ampliação da Refinaria Landulfo Alves, que foi concluída em 1998 e a diversificação da estrutura produtiva estadual, estimulada pelo PROBAHIA, que repercutiu com o surgimento do segmento de papel e celulose, por exemplo, foram importantes fatores de contribuição para transmutar o período turbulento que a economia nacional atravessava, reduzindo os impactos negativos sobre o cenário baiano. Com a estabilização da economia brasileira após a implementação do Plano Real, o panorama interno melhorou e o setor secundário da Bahia pôde apresentar resultados mais significativos.

Embora alguns segmentos da indústria baiana tenham apresentado números mais expressivos no período imediatamente posterior ao recessivo panorama econômico nacional do governo Collor, não há dúvida de que todos eles estiveram à sombra da indústria química e petroquímica que expandiu sua participação no total do Valor Agregado Bruto (VAB) do setor de 46% em 1990 para 56% em 1999 (FERNANDES, 2002, p. 56).

Mesmo com essa expressiva participação, a petroquímica baiana ainda estava limitada à produção de bens intermediários, necessitando, portanto do surgimento de empreendimentos relacionados à chamada terceira geração da cadeia produtiva da indústria petroquímica. Por meio das indústrias de terceira geração, a produção de segunda geração sofre sua última transformação físico-química tornando-se, assim, um bem final. Este possui maior valor agregado e apresenta condições mais adequadas para proporcionar maior dinamismo à estrutura econômica do estado através da geração de externalidades e maiores ganhos de escala.

A consolidação do projeto de implantação de indústrias petroquímicas produtoras de bens finais criaria um ambiente favorável à atração de unidades fabris pertencentes a outros segmentos que estabelecem uma relação de complementaridade com este ramo, por exemplo, mobiliário, bebidas, materiais de construção, produtos de higiene, dentre outros. O crescimento do segmento químico e petroquímico geraria um efeito multiplicador impulsionando toda a economia estadual. O cenário econômico nacional, contudo, primeiro com a séria retração econômica provocada pelo governo Collor e depois, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, em virtude do período conturbado que o país atravessou em razão das sucessivas crises internacionais, arrefeceram o otimismo, inibiram os investimentos e tornaram os agentes econômicos mais cautelosos.

Como se não bastasse este quadro bastante complicado, a abertura comercial ampliou a concorrência e provocou a desestruturação de amplos setores produtores de bens finais sediados nas regiões Sul e Sudeste do país. A necessidade de recuperar mercados e não serem “engolidos” pelos concorrentes internacionais levou diversos grupos capitalistas nacionais a investirem vultosos recursos na tentativa de modernização de seus parques produtivos. A busca pela maior eficiência por meio de inovações tecnológicas e programas de reestruturação terminou por absorver volumes expressivos de capitais, obstaculizando inversões de qualquer natureza em outras regiões do país ou na ampliação e diversificação de suas unidades fabris. Como acrescentam Guerra e Teixeira (2000, p. 93-94):

Se adicionarmos a esse quadro a ausência de qualquer tipo de política regional e o fortalecimento do Mercosul, justifica-se a indisposição para qualquer reorientação e/ou instalação de plantas desse tipo na

região Nordeste, naquele momento, mesmo que os empresários considerassem que 16,5% do mercado nacional poderiam ser suficientes para induzir tal reorientação.

Situações dessa natureza, traduzidas na extrema dependência da conjuntura nacional, sempre permearam a vida econômica da Bahia; por sua vez, a economia brasileira sempre caminhou a reboque dos humores da economia mundial, constituindo-se, portanto, em uma reação sistêmica, onde movimentos espasmódicos oriundos de forças exógenas refletiam sobre a realidade nacional e regional, trazendo conseqüências, ora positivas, ora negativas. A idéia de tentar romper com esse quadro, ou pelo menos, minimizar seus efeitos, levou o governo do estado, durante a década de 90, a buscar implementar um novo modelo por meio de uma reestruturação produtiva cujas bases seriam a diversificação e interiorização industrial com o objetivo de fortalecer a economia baiana e proporcionar o seu recrudescimento assentado em um vetor de crescimento endógeno, menos dependente do ambiente externo, tanto nacional quanto internacional.

Declaradamente, as políticas formuladas pelo governo baiano na década de 1990 tiveram como objetivo a indução de um novo ciclo de acumulação visando superar as dificuldades manifestadas anteriormente e impulsionar a economia para um patamar de competitividade condizente com a nova realidade. As prioridades foram dirigidas para a interiorização da indústria e a diversificação produtiva – principalmente através da implantação de indústrias de bens de consumo, e o adensamento das cadeias produtivas do estado, estimulando uma dinâmica econômica endógena, setorialmente encadeada, menos suscetível aos “espasmos” da demanda de outras regiões. (BALANCO; NASCIMENTO, 2005, p. 6)

Não há dúvida que buscar a diversificação e a interiorização das

atividades econômicas eram preocupações salutares. Revestiam-se, inclusive, de maior importância quando se fazia um olhar retrospectivo sobre a história econômica da Bahia que sempre apresentou uma estrutura produtiva e mercantil pouco diversificada e centralizadora, e os óbices que este quadro trouxe ao seu desenvolvimento. A busca por uma reestruturação da economia baiana através da sua diversificação e desconcentração econômica tinha respaldo não somente no cenário contemporâneo, mas também na sua evolução ao longo dos anos.

O primeiro passo nessa direção foi dado com a vinda do segmento de papel e celulose ainda no início da década de 90. Segundo Guerra e Teixeira (2000, p. 94), nos anos de 1992 e 1993 as atividades ligadas à produção de papel e celulose cresceram 95,3%. As espetaculares condições edafoclimáticas da região do extremo-sul da Bahia contribuíram muito para o desempenho do setor. A produtividade do setor florestal baiano chega a ser dez vezes superior a alguns países produtores. Como exemplo pode ser citado o caso da Suécia, onde a idade para corte de uma árvore é de 70 anos, enquanto que na Bahia é de apenas sete anos (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 94).

Embora a política de descentralização e diversificação econômica do estado da Bahia tenha tido início ainda nos primórdios da década de 90, como visto, seu crescimento e desenvolvimento se deu mesmo no alvorecer do novo século e milênio. Momento recheado de simbolismos com forte cunho cultural e religioso, foi a partir do ano 2000 que o novo modelo idealizado pelo governo baiano realmente tomou vulto. Talvez inspirado nos ideais da nova era que vieram sob a influência de um novo milênio, a Bahia buscou intensificar a diversificação e descentralização da sua economia através da atração de indústrias de diversos segmentos. O século XXI chegara e com ele novos rumos em busca de um desenvolvimento mais sólido e

consistente para a economia do estado.

O Século XXI e a Atração de Novas Indústrias: tentativa de interiorização e diversificação industrial na Bahia

O ano 2000 começou de forma austera e sisuda dentro da economia brasileira, com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) em seu segundo mandato adotando uma política monetária contracionista extremamente severa, com elevadas taxas de juros, metas de inflação muito baixas e excessiva proteção à moeda nacional. Como afirmou Pessoti (2006, p. 85): “[...] a política econômica do Brasil priorizou o curto prazo, pondo fim definitivo no projeto nacional desenvolvimentista.” O arrefecimento das políticas de desenvolvimento regional, que já era uma realidade na década de 90, somente recrudescerá impondo aos estados a necessidade de buscarem, por seus próprios meios, as condições que possibilitassem promoverem o progresso de suas regiões.

O novo modelo de desenvolvimento brasileiro, posto em prática pelo governo de Fernando Henrique Cardoso durante seu primeiro mandato, era fortemente influenciado pelo chamado Consenso de Washington e perseguiu desde o princípio a meta do Estado mínimo. O novo Estado pouco influenciaria na dinâmica econômica, deixando-a livre para os ajustes ou desajustes do mercado deificado. Desse modo, o governo federal se abstém de promover políticas industriais e regionais rompendo definitivamente com o modelo anterior.

Regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, que ainda necessitavam do auxílio da União na tentativa de transformar a sua realidade, ficavam extremamente prejudicadas com esse novo paradigma do governo federal. O risco da região sofrer um processo de involução industrial, em virtude de sua capacidade de atrair capitais ser bastante inferior ao eixo motor da economia

brasileira localizado no Sul-Sudeste, era evidente.

O Estado não podia se descurar do seu papel de agente fomentador do processo de desenvolvimento em regiões que ainda apresentavam quadros sócio-econômicos mais dramáticos. As desigualdades regionais que já eram flagrantes tendiam a agudizar, amplificando, assim, a hegemonia do Sul e Sudeste do país. Restou a estados como a Bahia, menos favorecidos no cenário econômico brasileiro contemporâneo, utilizarem-se de estratégias como as concessões fiscais para atrair investimentos produtivos, minimizando dessa forma os prejuízos causados pelo modelo de desenvolvimento brasileiro pós Sarney.

Na Bahia, os anos 2000 começaram com grande euforia, com a atração da *Ford Company* e seus sistematistas de produção, depois de anos de tentativa de complementação das cadeias produtivas da indústria baiana, secularmente dependentes das produções de petróleo e seus derivados. Enfim chegara a indústria de bens finais, aquela capaz de promover os efeitos encadeadores para frente e para trás (efeito *linkage*), tais quais os preconizados por Hirschman e outros teóricos do desenvolvimento. Entre 2000 e 2010 o complexo automobilístico da Bahia realizou aproximadamente R\$ 4 bilhões em investimentos, passando a figurar como um dos mais importantes em geração de valor adicionado para a indústria de transformação do estado e também assumindo destaque na pauta de exportações da Bahia⁴.

Ainda nesse período, no ano de 2002, foi lançado pelo governo do estado o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE) que substituiu os anteriores, já mencionados. O novo programa ampliava o escopo dos objetivos propostos pelos seus precedentes. Considerava que as metas eram de longo prazo e visavam, em linhas gerais, a diversificação da matriz in-

dustrial do estado, contemplando, igualmente, o setor agroindustrial. Além disso, trazia, também, a preocupação já apresentada em programas anteriores, de promover a desconcentração regional dos investimentos industriais, buscando direcioná-los para regiões com menor desenvolvimento sócio-econômico.

O procedimento adotado para alcançar essas metas não trazia nenhuma novidade, pois consistia no: “[...] fomento à instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e à expansão, reativação ou modernização dos já instalados [...]” (SOUZA; PACHECO, 2003, p. 17). Por meio da política de incentivos fiscais, o governo da Bahia conseguiu trazer empreendimentos dos mais variados segmentos da indústria, como têxtil, calçados, eletro-eletrônicos, químico, automobilístico e de papel e celulose. Segundo Pessoti (2008, p. 86):

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano, da diversificação produtiva, alcançou maior impulso, a partir de 2001, com o lançamento de uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no Estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado (2005), foram realizados na Bahia no período 2001-2006 cerca de R\$ 30,7 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 135 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no Estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes.

Os investimentos foram realizados em diversos segmentos traduzindo-se em um claro objetivo de buscar a diversificação do parque

industrial baiano. Por outro lado, eles se concentraram, em sua maioria, na RMS não permitindo a promoção de um processo mais intenso de descentralização econômica.

A política de estímulo à formação de pólos industriais e diversificação das atividades produtivas em diversos municípios do interior baiano trouxe alguns resultados que não podem ser menosprezados, tais como a geração de empregos proporcionados pela indústria calçadista, por exemplo; porém, conforme será visto mais adiante, as inversões fora do eixo metropolitano que gravita em torno de Salvador, tendo na capital seu centro dinâmico, foram em valores muito inferiores aos direcionados a RMS. A consequência é a manutenção de um quadro de excessiva concentração econômica no estado.

No período entre 2000 e 2009, o complexo madeireiro recebeu o maior volume de recursos, R\$ 19 bilhões, seguido pelo segmento químico/petroquímico e montagem de veículos automotores que obtiveram, respectivamente, R\$ 7,7 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, aproximadamente. Outros segmentos que também apresentaram valores consideráveis no montante dos investimentos foram o de alimentos e bebidas e o da transformação plástica com algo em torno de R\$ 2,3 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. Apesar de não terem sido os setores com o maior volume de investimentos, o calçadista, têxtil e de confecções geraram, somados, o maior número de postos de trabalho, 51.388. O segmento agroalimentar também proporcionou um número expressivo de empregos, atingindo 29.754; o complexo madeireiro igualmente registrou um montante significativo de 14.810 empregos gerados conforme pode ser observado na Tabela 5.

⁴ Segundo o boletim de comércio exterior da SEI, as vendas externas do setor automobilístico registraram seu auge no ano de 2004, fazendo do segmento o segundo mais importante da pauta de exportações do estado. Em 2009, as vendas externas de automóveis fabricados na Bahia atingiram US\$ 417 milhões, colocando o setor entre os seis mais importantes da pauta de exportações do estado (SEI, 2010).

Tabela 5
Investimentos industriais realizados no Estado da Bahia por atividade econômica (2000-2009)

Atividade Econômica	VOLUME (R\$1,00)	Empresas	Emprego Direto
Agroindústria	5.041.000	1	30
Alimentos e bebidas	2.251.095.095	136	29.724
Artefatos de couro e calçados	871.283.252	80	41.419
Borracha e plástico	2.061.448.844	108	12.022
Construção	807.000.000	4	1.800
Edição, impressão e gravações	8.500.000	1	56
Eletricidade, gás e água quente	1.551.086.000	7	343
Equip. médicos, ópticos, de	35.446.491	8	1.685
Ext. de Minerais não metálicos	20.000.000	1	20
Ext. de petróleo e serviços	93.400.000	2	–
Fab. de montagem de veículos	3.515.000.000	1	8.000
Fumo	13.974.260	3	280
Máq. escritório e equip.	159.386.308	52	3.136
Máq. aparelhos e materiais	59.720.000	5	880
Máq. e equipamentos	436.246.586	21	3.546
Mat. eletrônico e equip. de	169.685.470	23	4.866
Metalurgia básica	891.064.463	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	40	5.627
Móveis e indústrias diversas	338.336.756	34	11.512
Outros	2.480.000	1	52
Outros equip. de transporte	16.940.370	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	28	14.411
Peças e acessórios veículos	463.079.726	19	2.414
Pesca, aquicultura	45.500.000	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	6	418
Produtos de madeira	459.175.484	6	399
Produtos de metal – exclusive	463.710.423	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	8	313
Têxtil	779.294.742	33	6.077
Vestuário e acessórios	91.883.339	13	3.892
Total	42.711.165.710	818	166.682

Fonte: SCM

Elaboração: COINC/SICM

Observando os dados da Tabela 6 a seguir, pode-se constatar como os segmentos químico/petro-químico, metal-mecânico, madeireiro e de transformação petroquímica são intensivos em capital. A relação capital/trabalho (K/L) desses segmentos é extremamente elevada. O segmento químico/petroquímico, por exemplo, gerou em média, um

posto de trabalho para cada R\$ 1.068.615,00 investido; o complexo madeireiro também apresentou uma relação capital/trabalho bastante elevada, com a geração de um emprego em média, para cada R\$ 1.326.415,00 investido. Por outro lado, os setores calçadista, têxtil, de confecções, reciclagem, eletroeletrônico e agroalimentar são inten-

sivos em trabalho, apresentando uma relação capital/trabalho (K/L) bem mais baixa. Os setores calçadista, têxtil e de confecções geraram, em média, um posto de trabalho para cada R\$ 23.039,79 investido. Estes setores, portanto, são melhores para serem implementados em regiões com altos índices de desemprego.

Tabela 6
Relação capital/trabalho (K/L) dos setores produtivos na Bahia (2000-2009)

Setores produtivos	K/L
Químico-petroquímico	1.068.615,00
Complexo madeireiro	1.326.415,00
Automobilístico	439.375,18
Metalurgia	559.011,58
Atividade mineral e beneficiamento	206.992,96
Agroalimentar	75.733,02
Eletroeletrônico	34.872,64
Reciclagem	121.899,40
Borracha e Plástico	171.742,92
Calçados/Têxtil/Confecções	23.039,79

Fonte: Elaboração própria com base na Tabela 7.

A partir de 2007, a mudança política do governo estadual provocou uma verdadeira reestruturação na linha econômica vigente no estado. No lugar das políticas de atração de investimentos industriais o mote central do novo governo era promover maior integração territorial do estado, a partir do alinhamento com o governo federal, apoiado em grandes obras de infraestrutura, logística e centros de distribuição. SILVA e SANTOS, 2009) reforçam esse argumento:

Em 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), muitos investimentos foram realizados no setor produtivo, principalmente nos segmentos de infraestrutura e logística, com reflexos duplamente positivos. Por um lado, porque um dos maiores gargalos não só do estado da Bahia, mas de todo o país, de maneira geral, está no chamado "custo Brasil" de produção. Os investimentos em rodovias, portos e aeroportos contribuem muito para melhor dinamizar as relações entre os setores econômicos. Por outro lado, porque os investimentos realizados contribuíram para o estabelecimento de um grande número de empregos formais gerados em 2007. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Mi-

nistério do Trabalho (CAGED), entre janeiro e dezembro de 2007 o saldo foi de 1.617.392 empregos formais no Brasil, número este aproximadamente 6% maior do que o registrado no ano de 2006. Desses, aproximadamente 58,7 mil foram saldo de empregos na Bahia (5% maior que o volume de empregos formais criados em 2006).

Em 2007, a economia baiana apresentou uma expansão real de 4,5% no Produto Interno Bruto. Esse desempenho foi reflexo dos bons resultados verificados em setores que tradicionalmente empregam grandes volumes de trabalhadores, entre os quais estão a Construção Civil e o Comércio que se expandiram 6% e 11%, respectivamente. Em valores correntes, o PIB baiano atingiu as cifras dos R\$ 109,7 bilhões, representando, aproximadamente, 4,3% do PIB do Brasil.

A expansão na Indústria de Transformação alcançou aproximadamente 2,7% em 2007 e freou o desempenho do PIB, uma vez que este segmento, representa aproximadamente 16,1% da estrutura produtiva do estado. Todos os demais segmentos industriais da Bahia (indústria extrativa mineral, construção e SIUP) cresceram na casa dos 6% na com-

paração com o período anterior. Segmentos tradicionais como o refino de petróleo, metalurgia e de papel e celulose apresentaram estabilidades na produção em relação a 2006 e não houve aporte de nenhum grande investimento industrial no período, o que, por si só já ajuda a explicar esse resultado, apenas satisfatório da indústria baiana de transformação nesse período.

No período 2008-2009, com a constatação de que o setor industrial da Bahia, a exemplo do que continuava a acontecer em outros estados da federação brasileira, como São Paulo, que conseguiu mais uma importante montadora de veículos (Toyota), com estratégias semelhantes às outrora utilizadas no estado, precisava novamente de um impulso induzido, o governo do estado resolveu lançar sua nova política de atração de investimentos industriais: o Acelera Bahia. Essa política era constituída por cinco eixos principais pautados no incentivo à cadeia petroquímica do estado, tecnologia, biodiesel, etanol e na indústria naval. As empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, que vinham perdendo competitividade, também foram beneficiadas pelo Acelera Bahia. O prazo de fruição dos benefícios fiscais sobre produtos de informática, que terminaria em 2014, foi prorrogado até 2019 e foi instituído crédito adicional de 5% para empresas comerciais que adquirirem produtos fabricados no estado.

Apesar dessa iniciativa, os maiores investimentos industriais foram consolidados pela indústria de celulose (que não foi contemplada diretamente por esse programa) e não houve um grande impulso, pelo menos o pretendido inicialmente no desenvolvimento da indústria náutica e no pólo naval, que ainda não foi efetivamente implantada na Bahia. Ao todo, entre 2007 e 2009, os investimentos industriais na Bahia somaram aproximadamente R\$ 9 bilhões, com a geração de 15 mil empregos (SICM, 2010).

Sem embargo, todo o processo de industrialização que a Bahia atravessou nos últimos 10 anos, a exacerbação da concentração econômica, entretanto, persistiu. Se no passado, características ambientais e de acessibilidade eram os fatores aventados para a distribuição espacial da organização produtiva regional, atualmente as explicações recaem sobre a infraestrutura existente, fruto do dinamismo anterior da economia baiana. Isto é, a centralização econômica atual decorre da evolução econômica da Bahia no decurso dos séculos.

A região tradicionalmente mais dinâmica do estado é a que concentra até hoje o maior volume de investimentos e, portanto, centraliza a maior porcentagem das riquezas produzidas. Entre 2000 e 2006⁵, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) concentrou um percentual do PIB do estado, que oscilou do patamar menor de 50,65% até 53,17% (SAMPAIO, 2007, p. 657), ou seja, sempre superior à metade de toda a riqueza produzida em território baiano. Em uma análise mais minuciosa desse quadro constata-se que a concentração econômica no estado é ainda mais extrema, pois apenas cinco municípios (Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Simões Filho) detêm, aproximadamente, 50% do PIB da Bahia, no período entre 2000 e 2006 (SAMPAIO, 2007, p. 659).

Percebe-se que houve um pequeno deslocamento espacial do eixo dinâmico da região que outrora representou a hegemonia econômica de toda a província e depois estado da Bahia, que agregava os municípios do Recôncavo Sul como Cachoeira, Santo Amaro e Valença para o novo eixo dinâmico. Atualmente, esse novo território hegemônico localiza-se a partir de Salvador, mas segue para o norte abrangendo Simões Filho, São Francisco do Conde, Camaçari e em direção ao sertão, abraçando Feira de Santana, sempre estratégica no desenvolvimento econômico baiano.

Tabela 7
Concentração econômica do PIB estadual na RMS (2000-2006)

Regiões	2000	2002	2004	2006
RMS	52,59	50,65	52,01	53,17
Litoral Norte	4,00	4,79	5,26	5,02
Recôncavo Sul	2,65	2,58	2,52	2,46
Litoral Sul	6,71	7,48	7,05	6,66
Extremo Sul	4,60	5,01	4,78	4,68
Nordeste	4,38	4,74	4,37	4,47
Paraguaçu	5,85	5,58	5,42	5,22
Sudoeste	4,84	4,62	4,28	4,24
Baixo Médio. S. Francisco	2,59	2,52	2,28	2,29
Piemonte da Diamantina	1,83	1,85	1,87	1,85
Irecê	1,27	1,16	1,04	1,01
Chapada Diamantina	1,57	1,63	1,49	1,45
Serra Geral	2,01	1,95	1,85	1,86
Médio S. Francisco	1,07	1,10	1,06	1,00
Oeste	4,04	4,33	4,71	4,62
Bahia	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Sampaio, 2007, p. 660 *apud* SEI.

As maiores críticas realizadas contra a política do governo baiano de atração de indústrias para o interior do estado residem na alocação dos capitais de maneira difusa. Como afirmou Sampaio (2007, p. 660):

Essa espacialização produtiva, excessivamente desconcentrada, em um ambiente de infra-estrutura precária, recursos públicos limitados e fraco mercado interno, não produziu ganhos de escala significativos, restringiu a geração de externalidades e, conseqüentemente, dificultou a integração regional. Desse modo, contribuiu muito pouco para reduzir as desigualdades regionais.

A idéia não é necessariamente nova. Rodwin, em 1967, já apresentava os efeitos dinâmicos de uma política de desconcentração concentrada, onde os investimentos deveriam ser voltados para uma determinada região a fim de auferir ganhos de escala por meio dos fatores cres-

centes de integração e aglomeração. Silva (2004, p. 210) corrobora essa afirmação:

A recente implantação do Complexo Automotivo da Ford, um projeto de US\$ 2,2 bilhões, e outro da Monsanto, de US\$ 340 milhões, ambos em Camaçari, vieram contribuir para firmar a posição da Região Metropolitana de Salvador. Outros projetos de descentralização industrial (informática em Ilhéus; indústrias calçadistas, de alimentos e de confecções, em diversos municípios) não conseguem reverter essa situação em função do fato de que as economias de escala e de aglomeração são muito mais reduzidas. Pode-se dizer que, agindo dessa forma, o Estado da Bahia segue uma política de “desconcentração difusa”, em oposição ao modelo de “desconcentração concentrada” proposto por Lloyd Rodwin, em 1967, e que visava criar fatores crescentes de integração e de aglomeração capazes de gerar mais dinamismo às economias urbanas e regionais.

⁵ Até o fechamento deste artigo, essas eram as informações mais recentes disponibilizadas pela SEI que é o órgão na Bahia, responsável pela mensuração do PIB dos municípios baianos.

“

Até 1970 a feição agroexportadora parecia condenar a Bahia à total exclusão do processo desenvolvimentista do país, alicerçado na industrialização. Mas a partir desse período, alguns fatores podem ser apontados como...

”

A preocupação do governo da Bahia explicitada na tentativa de reduzir, nos últimos anos, o cenário de significativa centralização econômica em torno da RMS e de poucos municípios foi, sem dúvida importante. Os resultados, contudo ficaram aquém do esperado, em virtude do equívoco de promover uma política de desconcentração econômica de maneira difusa, dispersa, que, conforme visto, não conseguiu reproduzir economias de escala e de aglomeração expressivas.

Além disso, a forte concentração setorial da indústria de transformação da Bahia nos segmentos de produtos petroquímicos acabou atraindo para o estado maiores investimentos nos segmentos de petróleo, em busca de economia de escala e aglomeração, preceitos óbvios da economia regional. Assim, a estratégia de atração de investimentos industriais, ainda que em programas especialmente criados para incentivar a diversificação produtiva não surtiu efeito, até mesmo pela deficiência de infraestrutura e reduzido mercado consumidor, atributos secularmente presentes (ou ausentes) na história da economia baiana.

Considerações Finais

A economia baiana em toda a sua história sempre esteve atrelada a um modelo de pouca diversificação econômica e, em razão disso, extremamente dependente das oscilações de duas ou três mercadorias no cenário internacional. A distribuição espacial de sua estrutura produtiva privilegiava locais estratégicos adequados ao desenvolvimento de suas principais mercadorias, por fatores ambientais, mas também, pelo simples motivo de melhor acessibilidade, o que terminou por localizá-las ao longo da costa. O meio de transporte mais eficiente da época e mais utilizado era a navegação e sua larga utilização se deu devido às condições precárias das vias terrestres, panorama que perdurou por pelo menos dois séculos.

A espacialização das esferas produtivas baianas ocorreu a partir do entorno do seu centro dinâmico – Salvador – e espalhou-se pelo Recôncavo e por sua zona costeira, em direção ao sul. Por ocasião da expansão da cultura cacaueteira, os vetores de crescimento econômico se deslocaram de Salvador e sua hinterlândia para a região de Ilhéus e Itabuna, na primeira metade do século XX, proporcionando novas feições em termos espaciais para o então quadro de dinamismo econômico da Bahia. Esta transformação, no entanto, não alterou sua organização estrutural, permanecendo, desse modo, sua característica maior: pouca diversificação econômica e excessiva centralização territorial das riquezas, embora um pouco amenizada nesse período.

Até 1970 a feição agroexportadora parecia condenar a Bahia à total exclusão do processo desenvolvimentista do país, alicerçado na industrialização. Mas a partir desse período, alguns fatores podem ser apontados como principais para o desenvolvimento de um processo de reversão nessa tendência. Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas adotadas no país a partir da década de 1930, que alteraram pro-

fundamente a divisão nacional do trabalho no Brasil. O principal projeto era o de substituições de importações e é a partir da sua implantação, juntamente com a do processo de desconcentração da economia — promovido pelo Governo Federal e incentivado pelos estados periféricos, dentre eles a Bahia, para reduzir desequilíbrios regionais — que, finalmente, nos anos 1970, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”. Tal especialização levou o Estado a voltar-se para uma industrialização centrada no setor químico, especialmente na petroquímica, e na metalurgia.

Ainda no âmbito de medidas macroeconômicas, é importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul. Entre esses se registra o sistema de incentivos fiscais 34/18/FINOR, que beneficiou o processo de reestruturação da dinâmica econômica da região Nordeste, observando-se que tais incentivos foram, em sua grande maioria, alocados no Estado da Bahia. Isso se deu pela proximidade da Bahia em relação ao Centro-Sul, e pelo fato de a produção nacional não oferecer alguns insumos básicos demandados pela indústria de transformação do Sudeste. Entre os fatores sistêmicos da competitividade, a Bahia contava ainda com as vantagens de ser, à época, a maior produtora de petróleo do país e de já possuir uma refinaria, a Landulfo Alves.

Em relação ao poder local, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional. Além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com estudos, investimentos e infra-estrutura, o Governo Estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia em relação aos demais Estados do Nordeste.

Em decorrência das medidas acima descritas, vários projetos foram implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Distritos Industriais do interior do Estado e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Essas alterações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real do PIB, a Bahia superou o Nordeste e o Brasil ao longo da década de 1970. No período entre 1975 e 1986, a indústria cresceu acumuladamente 156,4%, a agricultura 30%, o comércio 117% e as comunicações 1.383%. Esse crescimento fez com que a economia baiana aumentasse sua participação na economia nacional — de menos de 4% em 1975 passa a 4,9% em 1985 — e contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia (em média 7,6% ao ano), particularmente na RMS (PESSOTI, CARVALHO JUNIOR, GUANAIS, 2006).

É importante destacar que a consolidação da indústria de transformação no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 1980, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, da qual poucos Estados lograram escapar. A Bahia, exatamente pelo avanço da sua indústria, estava entre estes últimos, ou seja, apresentou, malgrado a crise, crescimento do nível de atividade econômica.

Resolvido um problema de ausência de industrialização no estado (questão que serviu de base para muita falácia, inclusive para o primeiro dos vários enigmas baianos), a Bahia passou a partir dos anos 1990 por uma busca incessante de novas indústrias que, a partir do fornecimento de bens intermediários pudessem adensar, complexificar e interiorizar sua produção industrial. E para compensar o atraso econômico e social do estado começaram a ser “oferecidos” programas de atração de industrial apoiados em

“ Em pleno início da segunda década do século XXI, não há, dentro da linha estratégica do governo do estado, nenhum indicativo de que a prática de utilização de incentivos fiscais, como estratégia industrial tenha um tempo já determinado de delimitação final. Nesse sentido, são relevantes os dados dos investimentos...”

incentivos fiscais, financeiros e de doação de terrenos e infraestrutura de apoio para todos os interessados em direcionar seus capitais produtivos para a Bahia. Derivados desse período, os setores automobilístico, papel e celulose, calçadista, dentre outros foram atraídos e contribuíram para ampliar o rol de mercadorias tanto para exportação quanto para o mercado interno e traduzindo-se, assim, em uma nova dinâmica para a economia baiana.

A partir dos anos 2000 iniciou-se um novo paradigma: a busca por “novas” indústrias, principalmente, através de isenções fiscais. Apoiado nessa estratégia, houve um grande aporte de investimentos industriais para tentar diversificar a matriz pro-

ductiva baiana (aproximadamente R\$ 42 bilhões). Vieram para a Bahia diversos segmentos industriais, seja por razões fiscais, seja por estratégia industrial, ou ainda por vantagens locacionais como no caso da indústria da celulose.

A mudança na condução política do estado em 2007 deu a entender que as políticas industriais de investimentos por isenções fiscais estavam com os dias contados. Mas a seqüência de perda de competitividade da indústria baiana e os reclamos tradicionais da indústria química contra a concorrência nacional e internacional, fizeram o “novo” governo rever sua ideologia contrária à idéia dos programas de incentivos e lançar um complemento ao Programa Desenvolve. O sugestivo *Acelera Bahia*, deveria promover um reforço na indústria química e petroquímica do estado e ainda incentivar a nascente indústria náutica, recolocando a Bahia em posição estratégica em relação aos demais estados brasileiros.

Em pleno início da segunda década do século XXI, não há, dentro da linha estratégica do governo do estado, nenhum indicativo de que a prática de utilização de incentivos fiscais, como estratégia industrial tenha um tempo já determinado de delimitação final. Nesse sentido, são relevantes os dados dos investimentos industriais previstos para o período 2010-2012 que corroboram a continuidade da política atração de investimentos industriais na dinamização econômica da Bahia. Segundo Andrade (2009, pp. 24-25), o volume de novos investimentos deve atingir nesse período aproximadamente R\$ 18,7 bilhões, com a geração de pouco mais de 82 mil empregos diretos.⁶ Desse montante inicialmente previsto, cerca de 55%

⁶ Já escrevemos, em momentos anteriores, evidenciando que a análise *ex-post* dos investimentos industriais protocolados *vis a vis* os efetivamente realizados gira em torno de 50%. Mesmo assim, os dados mencionados são bastante relevantes.

“*Mas o resultado dessa empreitada já é por demais conhecido e as previsões em relação ao futuro da economia baiana acabam ficando tautológicas. Sem mercado consumidor, infraestrutura inadequada e com ausência quase que total de uma política de ciência e tecnologia, haverá um momento...*”

devem ser destinados ao interior que não a RMS.

Mas o resultado dessa empreitada já é por demais conhecido e as previsões em relação ao futuro da economia baiana acabam ficando tautológicas. Sem mercado consumidor, infraestrutura inadequada e com ausência quase que total de uma política de ciência e tecnologia, haverá um momento que nem todos os incentivos juntos serão capazes de manter no curso do desenvolvimento um estado que procura o seu rumo desde 1763.

Referências

ANDRADE, Fabiana Karine S. Análise dos investimentos industriais previstos para a Bahia por territórios de identidade e setores de atividade econômica entre 2008 e 2001. **Revista Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n. 162, p. 22-27, jan/mar. 2009.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas, NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da

desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990-2000. In: I ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 1, 2005, Salvador. **Anais**. Salvador, 2005.

BAHIA. Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991. Institui o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador, 01 nov. 1991.

BAHIA. Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002. Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE e constitui o seu Conselho Deliberativo. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador, 04 abr. 2002.

BAHIA. Governador (Paulo Souto) 2003-2006. **Bahia 2020: O futuro a gente faz**. Plano Estratégico da Bahia. Salvador: SEPLAN, 2003, 144p.

BAHIA. Governador (Paulo Souto) 2003-2006. **Plano Plurianual 2004-2007**. Salvador: SEPLANTEC, 2003

CARNEIRO, Roberto A. Fortuna, VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. Reestruturação, produtividade e impactos da abertura comercial. In.: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador: SEI, 1998. (Série Estudos e Pesquisas, nº 38).

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). **Boletim de Finanças Públicas**. Salvador: CEI, 1990.

CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). **A Bahia na década de 90: temas estratégicos**. Salvador: CPE, 1990.

COMPLEXO INDUSTRIAL FORD NORDESTE. **Boletim Anual de Atividade**. Camaçari, Dezembro de 2005.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Visão geral da indústria baiana nos anos

90. In.: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Dez anos de economia baiana**. Salvador: SEI, 2002. (Série Estudos e Pesquisas).

FUNDAÇÃO DE PESQUISA (BA). **105 anos de economia baiana. Estatísticas básicas. Aspectos econômicos – 1945-1976**. Salvador: CPE, 1979.

_____. **Notas sobre a industrialização na Bahia**. Salvador: CPE, 1980.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

GUERRA, Oswaldo; GONZALES, Paulo. Novas Mudanças Estruturais na Economia Baiana: mito ou realidade. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 32, n. 3, p. 308-321, jul-set. 2001.

LIMA, Adelaide Motta; SILVA, Marcos Luis Cerqueira. Efetivação dos Investimentos Previstos para o Período 2000-2003: análise por complexo produtivo. **Investimentos Industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003**. Salvador: SEPLAN, 2005, p. 27-44.

LIMA, Adelaide Motta; AQUINO, Mirtes Cavalcante de. Efetivação dos Investimentos Previstos para o Período 2000-2003: análise por eixo de desenvolvimento. **Investimentos Industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003**. Salvador: SEPLAN, 2005, p. 45-64.

LIMA, Adelaide Motta; AQUINO, Mirtes Cavalcante de. Efetivação dos Investimentos Previstos para o Período 2000-2003: análise dos projetos incentivados. **Investimentos Industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003**. Salvador: SEPLAN, 2005b, p. 65-72.

LOPEZ, G. F. Estratégia governamental para o fomento do setor automotivo. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, v. 1, n. 66, p. 1-9, nov. 1999.

MATOS, Lílian Barreto; AQUINO, Mirtes Cavalcante de. Variáveis que Influenciaram as Decisões de Investimentos Industriais na Bahia. **Investimentos Industriais da Bahia**: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003. Salvador: SEPLAN, 2005, p. 17-26.

MASCARENHAS, Albérico Machado. A atividade de fomento na Bahia: uma retrospectiva dos últimos 50 anos. In.: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA-BA. **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: CORECON, 2001. p. 62-77.

NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. **Raízes da dependência econômica da Bahia**. Salvador: FFCH/UFBa, 1979. (Dissertação de Mestrado).

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **A industrialização na Bahia**: 1950-1990. Salvador, 1996.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: Schwartzman, Jacques (org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um Estudo da Política Industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPDRU/UNIFACS, 2008, 215p.

PESSOTI, Gustavo Casseb. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB – 1975/2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, a. VIII, n. 14, p. 78-89, jul. 2006.

PESSOTI, G. C. ; CARVALHO JUNIOR, C. V. ; PEREIRA, I. G. A. . (Re)leitura da Economia Baiana Pela Ótica do PIB. **Bahia Análise & Dados**, v. 16, p. 413-429, 2006.

PINHEIRO, José Moura. **Industrialização baiana**: o programa de distritos industriais do interior. Salvador: Fac.

ADM/UFBa, 1991. (Dissertação de mestrado).

PINTO, Elisia Medeiros. **Política Fiscal e seus efeitos no desenvolvimento regional do estado da Bahia**: um estudo sobre os incentivos fiscais no estado da Bahia no período de 1994 a 2005. Salvador: Universidade Salvador, 2006 (Dissertação de mestrado).

RODWIN, Lloyd. **Planejamento urbano em países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: USAID, 1967.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador v. 16, n. 4, p. 655-663, jun. 2007.

SILVA, Denis Veloso; SANTOS, João Paulo Caetano. Bahia mantém trajetória de crescimento e expande 9,5% no primeiro trimestre. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n. 167, p. 52-57, abr./jun. 2010.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Desequilíbrios regionais no estado da Bahia: avaliação e questões estratégicas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Desigualdades regionais**. Salvador: SEI, 2004. p. 203-218. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

SOUZA, Roberta Lourenço; PACHECO, Fabiana. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. **Revista Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n. 107, p. 13-20., abr. 2003.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé; PEDRÃO, Fernando Cardoso e ZACARIAS, José. R. **A indústria no estado da Bahia**: uma proposta de política industrial. Secretaria da Indústria e Comércio, Salvador: SIC/DIC, 1983, p. 336.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, a. III, n. 4, p. 27-47, jul. 2001.

_____. **A industrialização da Bahia na segunda metade do século XX**. Salvador, 2000. Dossiê de estudo.

_____. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional**: a experiência da Bahia. Salvador: UNIFACS/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

_____. ARAÚJO, Luiz Coelho de; PEDRÃO, Fernando Cardoso. **30 anos da indústria, comércio e turismo na Bahia 1966/1996**. Salvador: SICM-Ba/IPA-UNIFACS, 1997.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO. Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2010. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 1995. v. 9.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB da Bahia. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2010.

_____. **Dez anos de economia baiana**. Salvador: SEI, 2002. (Série Estudos e Pesquisas).

TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: UFBa, 1966.

_____. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA 2001.

UDERMAN, Simone, MENESES, Vladson. O novo ciclo de industrialização da Bahia. In.: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador: SEI, 1998. (Série Estudos e Pesquisas, n.º 38).